

O BAIRRO LAGOINHA COMO ROTA ARQUITETÔNICA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL EM BELO HORIZONTE /MG

GONZAGA, MARINA ALMEIDA. (1)

1. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG). Arquitetura e Urbanismo.
Rua Paineiras, 2369 – Eldorado, Contagem/MG
marina.al.gonzaga@gmail.com

RESUMO

O artigo o qual propõe-se exibir no evento tem como objeto de estudo o Bairro Lagoinha, na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais e algumas de suas edificações e rotas arquitetônicas. O bairro, originário do plano diretor de Belo Horizonte elaborado por Aarão Reis em 1987, teve ocupação por imigrantes e trabalhadores da construção da nova capital de Minas Gerais. Possui ampla variedade de estilos arquitetônicos, com edificações preservadas de sua primeira ocupação e edificações modernas, com construções mais recentes. O bairro possui tombamento municipal em conjunto com o Bairro Bonfim e algumas edificações desde 2016. O artigo tem como objetivo a produção de um roteiro arquitetônico no bairro Lagoinha, buscando valorizar o bairro, divulgar as edificações e conjuntos remanescentes da arquitetura residencial de Belo Horizonte através do tempo, bem como incitar discussões válidas sobre a preservação do patrimônio histórico: Por que o bairro está em processo de degradação? Por que algumas edificações históricas seguem preservadas? Como responder essa questão pode ser útil e preciso na preservação do patrimônio edificado? Justifica-se a exibição e a participação do trabalho em questão no evento pelo fato de que não houve precursores do tema em questão, ou seja, a elaboração de rotas arquitetônicas no bairro Lagoinha é algo inédito. Além do mais, o bairro Lagoinha possui um vasto acervo arquitetônico que merece ser mais difundido no meio acadêmico mundial, pois sua contribuição para a construção da história da Arquitetura e Urbanismo é ampla e válida. A linha metodológica seguida no proposto artigo é uma linha teórica, de caráter analítico e descritivo, com a coleta de dados primários e secundários, utilizando-se de registros fotográficos e visitas in loco ao bairro. Esta metodologia baseia-se, principalmente, no que propõe SERRA (2006), quando identifica processos e sistemas na concepção de pesquisas científicas em Arquitetura e Urbanismo. Por processo, entende-se “o modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo”, e por sistemas “um conjunto de objetos entendidos como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros”. (SERRA, 2006, p. 70 e 72). Para a pesquisa e produção deste estudo, foram utilizadas fontes primárias como visitas ao bairro, onde foi possível coletar fotografias, realizar entrevistas com moradores, vivenciar os espaços, elaborar pesquisa histórica e documental e afins. Ademais, como fontes secundárias, foram empregados textos e artigos que abordam a história do bairro e de sua arquitetura. O conhecimento da história do bairro e da população atual residente foram norteadores para a seleção das edificações escolhidas na rota proposta no artigo aqui relatado, sendo então imprescindível como aporte teórico.

Palavras-chave: Lagoinha; Belo Horizonte; Patrimônio; Patrimônio Cultural; Paisagem; Rota arquitetônica.

INTRODUÇÃO

O artigo o qual propõe-se exibir no evento tem como objeto de estudo o Bairro Lagoinha, na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais e algumas de suas edificações e rotas arquitetônicas. O bairro, originário do plano diretor de Belo Horizonte elaborado por Aarão Reis em 1987, teve ocupação por imigrantes e trabalhadores da construção da nova capital de Minas Gerais. Possui ampla variedade de estilos arquitetônicos, com edificações preservadas de sua primeira ocupação e edificações modernas, com construções mais recentes. O bairro possui tombamento municipal em conjunto com o Bairro Bonfim e algumas edificações desde 2016.

O artigo tem como objetivo a produção de um roteiro arquitetônico no bairro Lagoinha, buscando valorizar o bairro, divulgar as edificações e conjuntos remanescentes da arquitetura residencial de Belo Horizonte através do tempo, bem como incitar discussões válidas sobre a preservação do patrimônio histórico: Por que o bairro está em processo de degradação? Por que algumas edificações históricas seguem preservadas? Como responder essa questão pode ser útil e preciso na preservação do patrimônio edificado?

Justifica-se a exibição e a participação do trabalho em questão no evento pelo fato de que não houve precursores do tema em questão, ou seja, a elaboração de rotas arquitetônicas no bairro Lagoinha é algo inédito. Além do mais, o bairro Lagoinha possui um vasto acervo arquitetônico que merece ser mais difundido no meio acadêmico mundial, pois sua contribuição para a construção da história da Arquitetura e Urbanismo é ampla e válida.

Para a pesquisa e produção deste estudo, foram utilizadas fontes primárias como visitas ao bairro, onde foi possível coletar fotografias, realizar entrevistas com moradores, vivenciar os espaços, elaborar pesquisa histórica e documental e afins. Ademais, como fontes secundárias, foram empregados textos e artigos que abordam a história do bairro e de sua arquitetura.

Para se obter maiores conhecimentos sobre o bairro, foi pesquisado O Caderno de Textos, Tabelas e Figuras, componente da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I + Leste-Oeste, que apresenta o contexto histórico da origem do Bairro Lagoinha. O Bairro já componente do Plano de Aarão Reis era pertencente a zona suburbana, sendo um dos principais vínculos entre o campo e a cidade.

No Plano do Aarão Reis, a região de Lagoinha era definida como zona suburbana, destinada ao abastecimento da nova Capital. Devido à sua proximidade com o Centro, o bairro foi logo ocupado. Ainda em 1913, foi implantada uma linha de bonde na Rua Itapeçerica e, em 1923, foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Destacam-se a presença de edificações como a Casa da Loba, construída em 1930, o Conjunto IAPI, o Hospital Odilon Behrens, datados de 1944, o Mercado Popular da Lagoinha, inaugurado em 1958, o Cemitério do Bonfim e a Pedreira Prado Lopes. (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I + Leste-Oeste: Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança – Caderno de Textos, tabelas e figuras. 2015 p. 176).

A ocupação principal do bairro se deu por imigrantes, sendo um dos bairros com maior população estrangeira. Estes moradores vieram para Belo Horizonte buscando trabalho, e acabaram por associar ao bairro o valor de bairro de operários e de serviços.

Inicialmente, o Bairro Lagoinha foi ocupado por imigrantes (árabes, sírios, libaneses, italianos, judeus e portugueses) que vieram para Belo Horizonte em busca de trabalho. Essa diversidade social o surgimento e a diversidade dos estabelecimentos comerciais na região (SILVEIRA, 2005 apud BERNARDES, Brenda Melo. 2016, p. 75)

Freire apresenta que apesar do valor histórico e da importância do bairro para a cidade de Belo Horizonte, o bairro é desvalorizado principalmente pelo poder público e pelos moradores.

A Lagoinha é um bairro antigo, que tem uma produção simbólica significativa sobre o que ele representou para a história e memória de Belo Horizonte, mas, na verdade, tanto as intervenções do poder público quanto dos próprios moradores não correspondem a esse peso que lhes é dado.”. (FREIRE, 2009, p.127)

Este é um exemplo claro de como por diversas vezes os órgãos públicos lidam com áreas históricas. Portanto, um ponto que o proposto artigo levanta é a validade de uma discussão sobre esse assunto, pois preservação do patrimônio histórico e políticas públicas não podem ser dois vieses distintos.

Como fundamentação para a análise da obra e seu contexto e linha de raciocínio, o proposto artigo foi norteado pelos aportes teóricos de autores como Françoise Choay, Leonardo Castriota, Lucio Costa e Carlos Lemos, com suas obras e conceitos que contribuíram para o embasamento das interpretações da autora, bem como Françoise Choay, referindo-se ao patrimônio histórico, discorre:

“Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.”¹

Para a autora, a noção de patrimônio histórico não está relacionada ao agrupamento inerte de objetos, edificações e documentos; mas sim, está intrinsicamente ligada a processos sociais, sendo assim um misto de pessoas e objetos, ações humanas e temporais. Tudo isto está relacionado a essa pesquisa, pois o bairro em questão está inserido no entorno imediato do centro da cidade, onde o tempo todo acontecem essas interações humanas e com as obras.

Buscando entender a população atual residente no bairro, foram utilizadas as referências como as autoras Brenda Melo Bernardes, e Cíntia Freire, assim como a Carta de Amsterdã.

Freire, após visitas e vivências no bairro, afirma que o bairro ainda tem parte de sua população anterior, mesmo que esta já tenha envelhecido, e que já tenha também gerações posteriores, como filhos e netos. Alguns dos herdeiros têm receio sobre o bairro, devido a parte do seu histórico como área boemia da cidade, e buscam um “lugar melhor” distante deste conceito.

No bairro, ainda é possível encontrar parte da população que remonta a sua origem, embora já envelhecida, e com a presença de filhos e netos residindo no bairro, como se pode aferir com as entrevistas – embora, boa parte dos familiares de antigos moradores tenha migrado para outros bairros da cidade, considerados por eles como “lugar melhor”. Esse “lugar melhor” é sempre referenciado em oposição ao estigma da boemia, prostituição, estagnação e violência. Essa representação vem acompanhada, de forma ambígua, do sentimento de pertencimento ao lugar da tradição e da afetividade. (FREIRE, 2009, p.121)

A Operação Urbana proposta desconsidera a população residente, sua história e sua composição sociocultural. Bernardes faz crítica que a proposta, apesar de garantir que busca atender as demandas da população, não respeita seu espaço e sua cultura. É possível também, através de depoimentos coletados por Bernardes, perceber que o COMPUR entrou em contato com alguns moradores, que diziam representar o bairro, mas que uma maioria se dizia não representada por estes.

¹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

Recentemente, a aprovação da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) pelo COMPUR (2013) pode configurar, dependendo da forma como for conduzida, uma ameaça às suas características históricas e socioculturais, tendo em vista os interesses diversos e muitas vezes contraditórios, no que tange a população residente e os agentes envolvidos na proposta de renovação urbana, direcionados ao bairro a partir das diretrizes de ocupação divulgadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). (BERNARDES, 2016)

A Carta de Amsterdã é citada aqui com o intuito de frisar principalmente que a recuperação de áreas deve ser executada a fim de preservar e valorizar a “composição social dos residentes”.

A recuperação das áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas. (“Carta de Amsterdã”. 1975)

O conhecimento da história do bairro e da população atual residente foram norteadores para a seleção das edificações escolhidas na rota proposta no artigo aqui relatado, sendo então imprescindível como aporte teórico.

CONCEITUAÇÃO

Gentrificação

Buscando entender o que é a gentrificação, foram consultados o Manifesto de Amsterdã (1975) e os autores Emmanuel COSTA (2016) e Andréia MARTINS (2014). Com o conteúdo das três fontes, foi possível se entender, conceituar e saber porque evitar o processo de gentrificação, buscou-se nessa pesquisa não tomar de opiniões e sim diagnosticar e entender o processo.

Martins afirma que a gentrificação é um processo de troca de grupos sociais baseado na mudança imobiliária, onde a valorização da área força os primeiros usuários e moradores a abandonarem os espaços, levando assim pessoas com maior poder aquisitivo de utilizar dos mesmos.

A palavra gentrificação (do inglês gentrification) pode ser entendida como o processo de mudança imobiliária, nos perfis residenciais e padrões culturais, seja de um bairro, região ou cidade. Esse processo envolve necessariamente a troca de um grupo por outro com maior poder aquisitivo em um determinado espaço e que passa a ser visto como mais qualificado que o outro.. (MARTINS, 2014)

Costa faz referência a um espaço antes não frequentável, em decadência, o qual não se recomendava nem mesmo a visita, que passa então por um processo de alteração de estrutura, transformando-se em um espaço seguro, extremamente confortável e visitável, o que seria uma grande conquista para seus antigos moradores e frequentadores, caso ainda pudessem morar e utilizar de lá, pois tais alterações elevam o valor da área.

Para entender gentrificação imagine um bairro histórico em decadência, ou que apesar de estar bem localizado, é reduto de populações de baixa renda, portanto, desvalorizado. Lugares que não oferecem nada muito atrativo para fazer...Enfim, lugares que você não recomendaria o passeio a um amigo. Imagine, porém, que de um tempo para cá, a estrutura deste bairro melhorou muito: aumentou a segurança pública e agora há parques, iluminação, ciclovias, novas linhas de transporte, ruas reformadas, variedade de comércio, restaurantes, bares, feiras de rua... Uma verdadeira revolução que traria muitos benefícios para os moradores da região, exceto que eles não podem mais morar ali. (COSTA, 2016)

A Carta de Amsterdã recomenda que os processos de reabilitação de bairros antigos devem buscar preservar a composição original dos moradores e usuários do espaço, fazendo com o que os financiamentos públicos de melhorias afetem positivamente todas as camadas da sociedade.

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (Carta de Amsterdã, 1975)

Ao analisarmos as três fontes, é possível perceber que a principal característica da gentrificação é a expulsão dos moradores e usuários dos espaços que foram requalificados, muitas vezes com verba pública, pela elevação da valorização da região. O processo de gentrificação geralmente ocorre, pois os investimentos não são voltados a uma necessidade da população local, e sim definidos por órgãos ou pessoas externas a realidade do bairro ou região.

A gentrificação é preocupante pois além de expulsar os moradores e usuários da região, gera uma sensação de investimento público em quem (e o que) realmente necessita, porém que só é utilizado por quem gera esse processo. Ou seja, divulga-se que será investida determinada verba em uma região degradada, acredita-se que auxiliará quem necessita e mora ali, porém o investimento encarece a região e expulsa os usuários e moradores para regiões que possuem menos infraestrutura, e gera a ocupação do espaço por pessoas que já tem condições de ocupar regiões melhores da cidade.

Preservação

Entre os principais termos relacionados aos bens históricos e patrimônios está a preservação. Preservação é um conceito geral, muitas vezes já concebido de vivências prévias e conhecido até mesmo por pessoas fora da vivência arquitetônica e histórica, porém extremamente amplo, como podemos perceber pelo seu significado dado pelo Dicionário Aurélio:

preservação. S. f. 1. Ato ou efeito de preservar (-se). 2. Ação que visa garantir a integridade e a perenidade de algo, como, p. ex., um bem cultural [q. v.]; salvaguarda: O Patrimônio Histórico tomou medidas para a preservação do centro histórico de Salvador.” (FERREIRA, 1986, p. 1388)

A Carta de Burra, conceitua a preservação, porém segue com o conceito amplo, semelhante ao do Dicionário Aurélio, “Manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.” (ICOMOS. “Carta de Burra”. 1980).

Buscando obter um conhecimento mais específico sobre preservação, foram buscados os autores Carlos Nelson F. dos Santos e Leonardo Barci Castriota. É possível perceber na leitura dos mesmos que há uma forte crítica ao modo como a preservação vem sendo feita e tratada hoje.

É possível perceber que Santos retrata uma realidade comum, onde quando se busca a preservação de um objeto, utiliza-se do tombamento de bens, que passam a serem responsabilidade do governo e impõe limites aos seus proprietários com novas regras e proibições. Esse processo faz com que a população veja um processo de tombamento e a classificação de um objeto como patrimônio e bem a ser conservado como algo negativo, e não uma valorização do espaço.

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos. (SANTOS, 1986, apud CASTRIOTA, Leonardo B. 2016, p. 10)

Castriota explana a concepção separando-a em patrimônio arquitetônico e patrimônio cultural. É interessante perceber que apesar de serem conceitos e formas diferentes de expressão, o tratamento das mesmas se assemelham principalmente em sua base, a qual

busca manter e preservar algo que foi definido por terceiros. A preservação é então uma forma de se manter algo como uma “coleção de objetos”, segundo palavras do autor, que foram selecionados, catalogados e “protegidos” conforme a opinião de um perito, que muitas vezes desconhece a cultura e o real valor do objeto, limitando-se aos valores visíveis e não culturais.

Aqui fica clara a concepção restrita e limitada do patrimônio implícita no modelo da preservação. No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, este é percebido como uma espécie de "coleção de objetos", identificados e catalogados por peritos, como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. Já quanto ao patrimônio cultural, a sua concepção tradicional relaciona-o a produtos da cultura erudita derivados, via de regra, de grupos e segmentos sociais dominantes. Assim, no que se refere ao tipo de objeto, parece-nos possível afirmar que as políticas de preservação desenvolvidas até os anos 60 protegiam normalmente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, invocando-se como razões para sua preservação a excepcionalidade do bem. (CASTRIOTA, 2007, p. 12)

Com o conteúdo acima é possível perceber que a restauração hoje é considerada confusa e muitas vezes é desprezada pela forma que é divulgada e que ocorre, e que seu conceito é completamente amplo o que torna confuso o emprego do termo.

Patrimônio

O conceito de patrimônio é diferente entre a linguagem coloquial e seu uso técnico. Pela linguagem coloquial, percebemos que patrimônio é algo que tem valor econômico agregado conforme encontrado no Dicionário Aurélio:

patrimônio.[Do lat. patrimoniu] S. m. 1. Herança paterna. 2. Bens de família. 3. Dote dos ordinandos. 4. Fig. Riqueza: patrimônio moral, cultural, intelectual. 5. Dir. Complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica. 6. Cont. A parte jurídica e material da azienda, [q. v]. (FERREIRA, 1986, p. 457)

O conceito técnico também é amplo, e buscamos ao consultar as fontes como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1994), o professor Leonardo Barci Castriota (2007) e a Declaração de Amsterdã (1975), para que se consiga unificar um conceito.

De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, um objeto torna-se patrimônio pelo seu valor histórico agregado pela população e seus usuários.

A conservação do patrimônio cultural, sob todas as suas formas e em todos os seus períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao próprio patrimônio. A nossa capacidade para compreendermos estes valores depende, em parte, do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses valores, como sendo credíveis ou verdadeiras. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente às características originais e subseqüentes do patrimônio cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade. (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1994, p.3)

Castriota faz uma crítica a então valorização frequente a um padrão de bens de um mesmo estilo e tempo, esquecendo que de um patrimônio deve ser “representantes significativos da arquitetura do passado” independente de seu tempo ou estilo.

Aqui fica clara a concepção restrita e limitada do patrimônio implícita no modelo da preservação. No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, este é percebido como uma espécie de "coleção de objetos", identificados e catalogados por peritos, como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. Já quanto ao patrimônio cultural, a sua concepção tradicional relaciona-o a produtos da cultura erudita derivados, via de regra, de grupos e segmentos sociais dominantes. Assim, no que se refere ao tipo de objeto, parece-nos possível afirmar que as políticas de preservação desenvolvidas até os anos 60 protegiam normalmente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, invocando-se como razões para sua preservação a excepcionalidade do bem. (CASTRIOTA, 2007, p.18)

Então a Declaração de Amsterdã amplia o conceito explicitando que o patrimônio não depende de um valor de estilo ou entidade, e sim de seu contexto histórico e sua importância para a população.

Abarca hoje todos os conjuntos construídos que apareçam como uma entidade, não somente pela coerência de seu estilo, mas também pela marca da história dos grupos que ali viveram durante gerações. (“Declaração de Amsterdã”. 1975)

É possível então conceituar que patrimônio é um objeto ou espaço de grande valor histórico e um bem coletivo, mesmo que de propriedade privada, que faça parte das raízes de seus usuários e ou moradores, preservando assim a identidade de um grupo.

OBJETIVO GERAL

Analisar arquitetonicamente o bairro Lagoinha e elaborar uma proposta de rota arquitetônica, buscando assim uma valorização de seu acervo arquitetônico no contexto da cidade, baseado em estudos e análises das rotas comuns e das edificações de destaque e importância arquitetônica. Validar as discussões sobre preservação baseando nas condições atuais do objeto analisado.

METODOLOGIA

A linha metodológica seguida no proposto artigo é uma linha teórica, de caráter analítico e descritivo, com a coleta de dados primários e secundários, utilizando-se de registros fotográficos e visitas in loco ao bairro. Esta metodologia baseia-se, principalmente, no que propõe SERRA (2006), quando identifica processos e sistemas na concepção de pesquisas científicas em Arquitetura e Urbanismo. Por processo, entende-se “o modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo”, e por sistemas “um conjunto de objetos entendidos como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros”. (SERRA, 2006, p. 70 e 72).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Geográfica

O objeto central de estudo é o bairro Lagoinha, da cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. O Bairro Lagoinha é parte do plano de Aarão Reis, como zona suburbana VI, sendo bairro vizinho a região Central da cidade.

A proposta inicial era que a região fosse moradia de operários na construção da cidade devido a sua proximidade com a área central. O traçado viário é irregular, em busca de melhor adaptação ao terreno natural. Além disso as vias valorizavam as visadas e propunha-se praças em pontos de convergência. No traçado proposto para o bairro, é possível perceber algumas vias existentes, Ruas Bonfim, Além Paraíba, Itapecerica, Serro e Diamantina, e a Rua do Ramal, atualmente Avenida Nossa Senhora de Fátima.

Considerado com região de trânsito, o Lagoinha era caminho de bondes, jardineiras e de quem queria chegar à Pampulha. O acesso ao bairro se fazia por uma ponte, com linha férrea de nível, e que dava acesso direto a Praça Vaz de Melo, principal ponto da cidade, conforme depoimentos, poemas e músicas sobre a região. A linha de trem foi também um dos principais influenciadores na ocupação do bairro, agregando, além de fácil acesso aos

produtos que vinham de trem, o uso de bares e prostituição, que fizeram a fama do bairro até os dias atuais.

Histórica

O bairro Lagoinha tornou-se então um dos bairros mais importantes e populosos da cidade. Apesar de ser conhecido como bairro boêmio, carregava em si rituais e tradições religiosas fortes. Considerada a linha de transição entre as “*peessoas da vida*” (expressão popular para prostitutas, alcóolatras, mendigos e afins) e as famílias tradicionais, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada 9 anos depois da população do bairro criar a banda da Corporação Musical de Nossa Senhora da Conceição.

Além da religiosidade, a Lagoinha carrega com si grande importância na história do futebol e das festas carnavalescas. A Rádio Itatiaia foi fundada no Bairro Bonfim devido ao grande número de clubes esportivos na região, e acredita-se que a Banda Mole tenha nascido pela região também. O Bloco “Leão da Lagoinha”, existente até hoje, é datado como o primeiro bloco de rua de Belo Horizonte.

É possível perceber que a história do bairro se baseia em fatos políticos, em mudanças viárias e nas construções de edificações quais muitas estão descaracterizadas ou em péssimo estado de conservação.

A Lagoinha, mesmo presente desde a fundação da cidade, muitas vezes foi e é esquecida ou ignorada pela população. Parte se dá por seus obstáculos físicos de acessos, existentes desde a construção dos complexos viários, e parte se dá ao preconceito sobre parte da ocupação que vivia na região, como prostitutas. Descaso este pode ser percebido pelo tardio fornecimento da água para região, e pelas obras que acabaram por fim criando cicatrizes e cortes no bairro.

Urbana

Para entender a dinâmica urbana, é considerada a denominada “região da Lagoinha”, qual engloba os bairros adjacentes ao Lagoinha, entre eles os bairros São Cristóvão, Bonfim também a Vila Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes. A análise da dinâmica urbana baseou-se em MAGNANI², onde analisa-se as regiões, os trajetos, os pórticos e os circuitos.

² José Guilherme Magnani. “Rua, símbolo e suporte da experiência urbana” USP

Para análise da região, foram levantadas as áreas adensadas e os circuitos existentes, sendo eles o de pedestres e o de peixarias. Com a análise é possível perceber que o principal ponto de adensamento da região localiza-se no Bairro Senhor dos Passos, e que os principais circuitos são pequenos e não atingem a região em sua centralidade. O circuito de pedestres concentra-se principalmente nas Ruas Além Paraíba e Itapecerica, já o circuito de Peixarias ocorre na Rua Bonfim.

Foi elaborada também uma análise de Trajetos e Pórticos, onde foi possível conhecer os caminhos comumente utilizados por quem frequenta ou vive no bairro, e os principais pontos onde é possível perceber uma segregação de grupos. Na região temos grupos compostos por dependentes químicos, comerciantes, famílias que estão presentes desde a fundação dos bairros, e população de classe baixa, que vive nas vilas da região.

Além dos levantamentos de dinâmica urbana elaborados, foi possível utilizar-se dos mapas elaborados pela Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste. O mapa de Áreas verdes permite entender onde estão as áreas verdes remanescentes dos lotes atualmente. É importante ressaltar que na proposta inicial da região a maioria dos lotes tinham um quintal nos fundos, com árvores e área verde. É possível encontrar alguns poucos lotes que mantêm esse padrão.

No mapa de vacância (*Taxa de vacância residencial – é a relação entre o volume de imóveis disponíveis e o volume total existente*) é possível levantar os imóveis vazios, ou subocupados, desta forma é possível se entender melhor a dinâmica do bairro. Percebe-se que região mais adensada são as vilas, seguidas dos trechos próximos a Avenida Antônio Carlos. As regiões centrais do bairro possuem médio e baixo adensamento.

Foi elaborado também um levantamento dos usos dos imóveis da região. O levantamento é importante pois permite traçar uma atual ocupação do bairro, permitindo que seja possível entender a atual situação quanto a comércio, serviços e moradias. Através deste levantamento, foi possível perceber a predominância do uso residencial unifamiliar na região, seguido pelo uso de serviços. Tais características confirmam a pesquisa, que indica que a região resiste sendo um bairro residencial e de serviços. O número de imóveis de grandes áreas desocupados é um outro ponto preocupante, pois mostra que há pouco estímulo para ocupação do espaço.

É possível observar também que há uma ampla variedade nos serviços prestados na região. Serviços como saúde, educação, lanchonetes e serviços variados ocorrem com mais frequência próximo à Avenida Antônio Carlos. Próximo a Avenida Pedro II e ao Cemitério do

Imagem 2 – Croquis das fachadas



Rua Além Paraíba, 408



Rua Sêro, 94



Rua Além Paraíba, 289



Rua Além Paraíba, 121



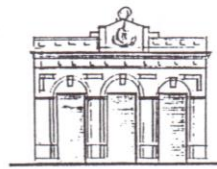
Rua Além Paraíba, 442



Rua Além Paraíba, 258



Rua Itapeçerica, 946



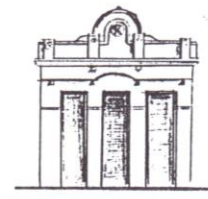
Rua Itapeçerica, 848



Rua Itapeçerica, 983



Rua Além Paraíba, 505



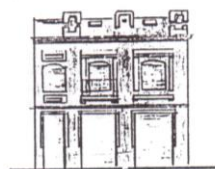
Rua Além Paraíba, 530



Rua Além Paraíba, S/N



Rua Além Paraíba, 604



Rua Além Paraíba, 972



Rua Além Paraíba, 274

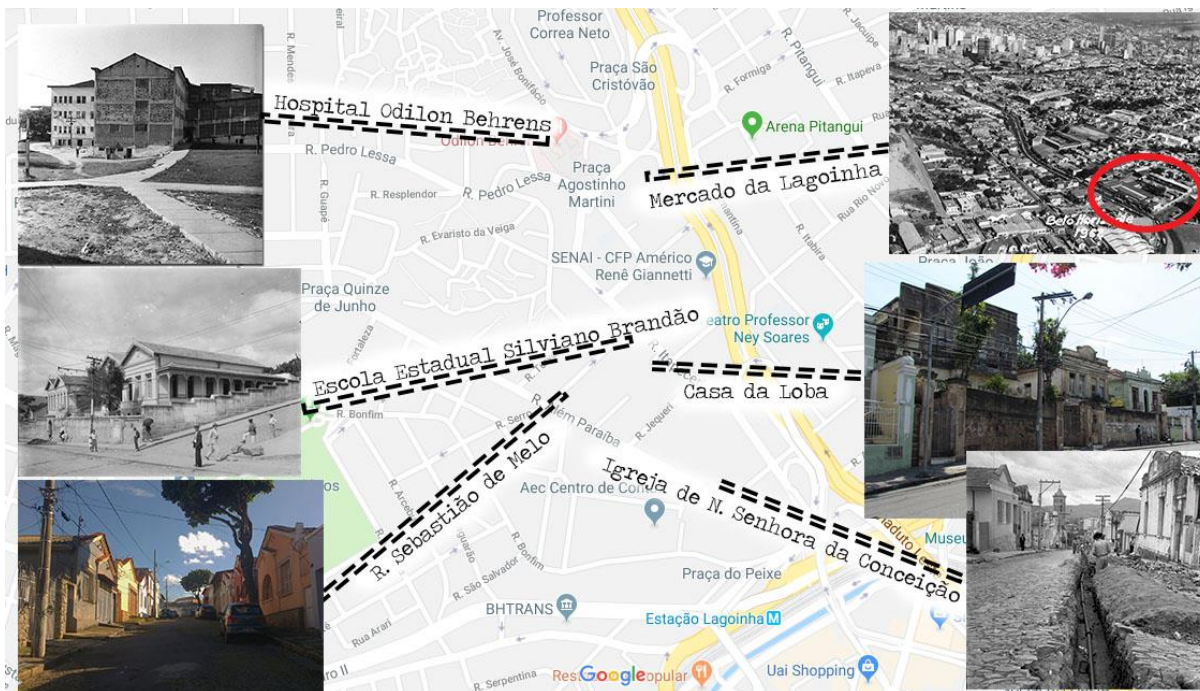


Rua do Bonfim, 128

Fonte: PODESTÁ. 2016. p. 82

Os croquis de Podestá nos permite entender a variedade de estilos arquitetônicos existentes no bairro. Dentre as várias edificações históricas remanescentes no bairro, escolhi algumas para estudar suas histórias e funções no bairro.

Imagem 3 – Mapa das edificações de destaque.



Fonte: Google Maps com edição pela autora.

Escola Estadual Silviano Brandão

Em 5 de Janeiro de 1914 a Escola Estadual Silviano Brandão foi inaugurada, proposta pelo decreto do então Governador do estado. Em 16 de maio foi instalado oficialmente o Grupo Escolar, que possuiu nessa data 424 matrículas e teve como diretora Dona Mariana Horta.

Atualmente a escola possui expansões de seu projeto original. Oferece ensino nos níveis fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA) em modalidade de supletivo.

Hospital Odilon Behrens

O Hospital teve o projeto arquitetônico concebido por Raffaello Berti, em estilo Art Déco e foi inaugurado em 30 de março de 1944. Inicialmente seu atendimento era destinado aos funcionários da Prefeitura.

A partir de 1989 o Hospital foi integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Assumindo, com esta mudança, atenção universal aos usuários do SUS. Em 2004 foi credenciado pelos

Ministérios da Educação e da Saúde como Hospital de Ensino. Oferece atendimento médico a comunidade residente na região e cidades interioranas, sendo uma das referências em atendimento e atenção ao paciente. Além disso educa, capacita e permite a especialização de médicos, enfermeiros e técnicos na área da saúde.

Mercado da Lagoinha

Em 1951 foi inaugurado o Mercado da Lagoinha, que buscava abastecer a região com venda de frutas, verduras e legumes. Foi espaço de convivência e de compras até ser desativado em 1988. Em 1997, o Projeto Lagoinha reforma e reabre o Mercado, oferecendo agora um espaço para cultura, convivência e algumas lojas. A estrutura muda, pois antes existiam bancas e agora se oferecem lojas voltadas a Avenida Antônio Carlos. No ano de 2000, o mercado recebe a Escola Modelo, que oferece cursos de panificação e confeitaria ao público em geral, priorizando a população carente.

Atualmente o Mercado possui, além da Escola Modelo, um centro cultural que tem buscado valorizar e incentivar a cultura do bairro através de eventos de samba, oficinas e cursos.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição teve sua pedra fundamental abençoada em 1914 e suas obras iniciadas. Sua execução teve recursos arrecadados pela Corporação Musical de Nossa Senhora da Conceição. Sua inauguração foi em 1923. Em 1992 a Igreja recebeu classificação de Santuário, por sua referência de religiosidade dos fiéis.

A Igreja era, para a população local, o limiar entre a vida boêmia e a vida tradicional. Era na igreja que “mulheres da vida” (termologia comumente utilizada para designar prostitutas, mulheres que frequentavam bares ou locais que seriam “impróprios” para mulheres) e “moças de família”. Era na igreja e na Rua Além Paraíba que esses dois mundos se encontravam. Era costume popular dizer que as mulheres que passavam pelo lado direito de quem sobre a rua, eram mulheres da vida, e no lado esquerdo da rua, eram as de família.

Vila Adélia – Rua Sebastião de Melo

O lote 13 da quadra 27 da 6ª Seção Suburbana de Belo Horizonte pertencia ao Senhor José de Paiva Gontijo. O lote se localiza aos fundos da mata preservada dos fundos da edificação conhecida como “Casa da Loba”, imóvel da Rua Itapeçerica, número 579. Em 7 de Março de 1946, o arquiteto Juscelino Ribeiro da Fonseca aprova o projeto para implantação da Vila Adélia.

A Vila Adélia é um parcelamento do lote 13 em 18 casas, uma rua e uma praça aos fundos. As casas possuem projeto padrão que se compõe na edificação principal, dependência aos fundos, com uma área aberta dentro de cada lote.

Atualmente, a rua central da Vila Adélia chama-se Rua Sebastião de Melo, em homenagem ao primeiro morador da vila. A praça deixou de existir, tendo sua área acrescentada aos lotes menores que se localizavam de frente a mesma.

“Casa da Loba”

Com projeto e construção datados de 1930, a edificação localizada a Rua Itapecerica, número 579, tornou-se uma das mais icônica do bairro Lagoinha. O projeto para construção do imóvel de propriedade da Família Abramo, possuía a estátua de uma águia, onde na execução foi alterado. Seu estilo arquitetônico diferenciado e a réplica da escultura italiana (que faz referência ao conto da loba) fizeram que a casa ficasse conhecida como “Casa da Loba”.

Através de entrevistas, foi possível tomar conhecimento que a Família Abramo passou por dificuldades financeiras e vendeu o imóvel para o Senhor Felício Rocho. A família Abramo, ao recuperar suas condições financeiras tentou reaver o imóvel, porém sem sucesso.

Em 1977, o IEPHA iniciou um processo de tombamento da edificação, realizando visitas técnicas, elaborando relatórios e levantamentos fotográficos. Assim que recebeu a notificação de abertura do processo, a proprietária solicitou o cancelamento do tombamento, argumentando que o entorno da edificação possuía péssimo estado de conservação, não justificando o tombamento, pois não agregaria valor a comunidade. Ainda em 1977, após conseguir o cancelamento do processo de tombamento do imóvel, a proprietária aprovou um projeto que descaracterizou completamente a edificação.

O acontecido com a Casa da Loba nos mostra a importância do tombamento e do interesse de preservação dos imóveis de valor arquitetônico. Sem o cuidado com os mesmos, o desinteresse de proprietários pode gerar grande perda arquitetônica a cidade.

CONCLUSÃO

É importante ressaltar a variedade arquitetônica presente no bairro, não só pelas principais edificações citadas nesse artigo, como também as apresentadas na imagem 2, com os desenhos de Podestá.

Mesmo quase sempre desconsiderada e desconhecida pela população, a região da Lagoinha preserva em si uma grande parte da história de Belo Horizonte por suas edificações, vilas e sensações. Andar pelo bairro é viajar no tempo com as ruas calçadas, alguns lugares com clima interiorano e admirando belas edificações, mesmo que descaracterizadas ou abandonadas.

A elaboração desse estudo permite a divulgação desse bairro de tamanha importância para a cidade de Belo Horizonte. Acredito que com essa divulgação, as atenções se voltem para o bairro e seus tesouros esquecidos. A Lagoinha corre risco, e é preciso cuidar e preservar para não perder.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

LEMOS, Carlos. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

NASCIMENTO, Evany. *Planilha Cartas Patrimoniais - UNESCO- século XX*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. *Do outro lado da linha do trem: História e intervenções no Bairro Lagoinha*. Belo Horizonte, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. Belo Horizonte, 2007.

BERNARDES, Brenda Melo. *MEMÓRIA, COTIDIANO E AS PROPOSTAS INSTITUCIONALIZADAS DIRECIONADAS AO BAIRRO LAGOINHA EM BELO HORIZONTE/MG: múltiplas visões de um mesmo lugar*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Prof^a Raquel Garcia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

VELOSO, Livia Fortini. *SÍMBOLO DO MEU BAIRRO: Lagoinha*. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Revitalização Urbana e Arquitetônica da Escola de Arquitetura da UFMG. Orientador: Leonardo Barci Castriota. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste: Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança, 2015c*. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2015. Disponível em: <www.pbh.gov.br/ouc> Acesso em: 24 nov. 2017.